

# mudar a lei nos EUA

## Tancredo pretende

O presidente eleito Tancredo Neves tentará obter em Washington o apoio do presidente Ronald Reagan para que o governo americano mude a legislação bancária dos Estados Unidos que obriga os bancos locais a declararem os juros não recebidos a cada ano como créditos em liquidação, segundo revelou ontem uma fonte da área econômica ligada a assessores do ex-governador de Minas. A mudança na legislação bancária é fundamental para que o Brasil consiga estabelecer com os bancos americanos um sistema de capitalização de parte dos juros a serem pagos este ano.

O futuro presidente, segundo explicou a fonte, pretende montar um esquema que permita dispensar pedidos de dinheiro novo aos bancos credores em 85 e, ao mesmo tempo, garanta o internamento no país de uma parcela dos juros que seriam pagos no ano. Esses recursos serão transformados em investimentos que garantirão a Tancredo cumprir a promessa de não combater a crise econômica com recessão. A alteração da legislação bancária norte-americana quase foi feita no ano passado, com uma campanha liderada pelo Federal Reserve (banco central dos Estados Unidos) que desistiu da idéia, entretando, depois de confirmar que os países devedores teriam condições de honrar seus compromissos em 85.

O Brasil, normalmente, teria condições de pagar os juros deste ano, sem precisar recorrer à capitalização, mas esse procedimento implicaria na continuação dos pesados sacrifícios internos.

A mesma fonte assegurou que o futuro governo na, pretende criar instrumentos para transformar empréstimos externos em capital de risco, através de fundos de investimentos no mercado acionário de empresas privadas nacionais, em cujos capitais seriam aplicados os recursos. Essa idéia, que foi discutida entre os membros da comissão preparadora do plano de ação do novo governo (Copag), acabou não constando do documento que propõe medidas para negociação da dívida externa, levado por Tancredo em sua viagem ao exterior.

## Proposta desagradará banqueiros americanos

A alteração das normas que regem os empréstimos concedidos pelos bancos norte-americanos a outras nações é uma das propostas contidas no documento elaborado pela Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag) ao presidente eleito, Tancredo Neves, ainda que seus integrantes considerem que a medida "certamente não agradará aos banqueiros internacionais", segundo revelou um assessor graduado da equipe do futuro presidente.

"O que vem obstruindo a idéia da capitalização dos juros, por exemplo, é a falta de vontade dos credores internacionais. Mas eles terão que entender que os países pobres só retomarão a capacidade de pagamento de suas dívidas se estiverem em condições de pôr em prática uma política de viabilização do desenvolvimento interno conjuntamente com o combate à inflação. E é justamente o constrangimento externo provocado pela obrigaotriedade do pagamento do total do serviço da dívida que inibe o crescimento dos devedores", raciocina o assessor do novo governo.

Prevê o mesmo informante que as negociações com os banqueiros internacionais, serão penosas e difíceis, apesar de considerar que as propostas em mãos do futuro presidente são moderadas e simples: essas propostas se resumem em fixar um percentual dentro dos lucros da balança comercial para pagamento dos juros da dívida, transferindo a parte restante para o principal; redução do "spread" — taxa de risco; e reprogramação dos prazos de pagamento.

"Nada mais natural que a redução da taxa de risco dos bancos nos empréstimos concedidos ao Brasil, mesmo nos já contraídos, no início de um governo que conta com o respaldo de mais de 70 por cento da população. Deverá haver por parte dos banqueiros a compreensão de que este país só precisa organizar suas contas com medidas objetivas para capacitar-se à honrar seus compromissos. E esta capacitação só ocorrerá com a retomada do crescimento", diz a mesma fonte.

Para o assessor de Tancredo Neves, as negociações em torno da dívida externa desenvolvidas pelas autoridades do atual governo pecam quando permitem que o Fundo Monetário Internacional "monitorize" internamente a política que viabilize o pagamento da dívida. "O FMI é um organismo estruturado para atender situações conjunturais de balanço de pagamentos dos seus sócios, e este não é o caso brasileiro. O Brasil tem problemas de dívida com mais de 800 bancos. Desde que nos entendamos com esses bancos, estaremos entendidos com o FMI, pois ele deverá atuar como organizador do acordo entre os credores. Portanto, fica claro que o acordo não deve ser com o FMI, mas com os credores".

As cartas de intenções "multianuais" até aqui enviadas pelas autoridades econômicas ao FMI pecam, no entender do assessor, porque os técnicos do órgão não levam em conta que estão lidando com uma economia totalmente indexada, um problema novo, que eles ainda não conseguiram entender.

## País paga menos US\$ 11 bi

O Brasil pagará menos de US\$ 11 bilhões de juros da dívida externa este ano, contra uma previsão inicial de US\$ 13,2 bilhões, revelou o Ministro da Fazenda, Ernane Galveas. Ele disse que a perspectiva é de que os juros externos continuem declinando ao longo do ano.

Da projeção de US\$ 13,2 bilhões brutos, Galveas preve já uma redução de US\$ 1 bilhão de recebimento sobre as reservas internacionais. E, com as taxas de juros declinando, o Ministro da Fazenda assegura que as coisas vão melhorar para o banoço de pagamentos do Brasil.

As autoridades econômicas do governo Figueiredo, que estão renegociando a dívida externa, abriram as baterias contra a proposta do PMDB de capitalização dos juros. "Trata-se de uma bobagem, de uma proposta irrealista, não existe condições no mercado mundial de aceitar essa proposta", afirmou um Ministro.